

O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NO FINAL DO SÉCULO XIX EM DOIS NÚCLEOS COLONIAIS ITALIANOS

THE BEGINNING OF THE ELEMENTARY SCHOOL IN THE END OF THE NINETEENTH CENTURY IN TWO ITALIAN COLONIAL NUCLEI

Eliane MIMESSE¹
Elaine Cátia Falcade MASCHIO²

RESUMO

Este artigo aborda a maneira como ocorreu o processo de escolarização primária nas colônias italianas de Alfredo Chaves no Paraná e de São Caetano em São Paulo no final do século XIX e início do século XX; analisa as iniciativas de abertura das primeiras escolas, identifica seus professores, alunos, condições de funcionamento e conflitos, e questiona o interesse desses imigrantes pelo ensino institucionalizado. Embora os dois núcleos coloniais tenham passado pelo crivo de uma política provincial diferenciada, alguns aspectos da colonização, organização e formação econômica, social e cultural apresentaram similaridades. As fontes utilizadas neste estudo compõem-se dos mais variados documentos encontrados nos acervos dos arquivos públicos dos citados Estados. Conclui-se que esse processo representou aspectos que explicam a motivação pelo ensino institucionalizado: a escola foi um elemento fundamental na integração dos imigrantes na sociedade.

Palavras-chave: Escolarização primária. Imigrantes. Núcleos coloniais.

ABSTRACT

This study shows how the elementary school process occurred in the Italian colonies of Alfredo Chaves in Paraná and in São Caetano in São Paulo in the end of XIX century and at the beginning

¹ Professora Doutora, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná. R. Sydnei Antonio Rangel Santos, 238, Santo Inácio, 82010-330, Curitiba, PR, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: E. MIMESSE. E-mail: <emimesse@bol.com.br>.

² Professora, Curso de Pedagogia, Faculdade Internacional de Curitiba. Curitiba, PR, Brasil.

of the XX century. The study analyzes how the first schools were opened and how the school initiatives started; teachers, students, functioning conditions, conflicts and power relations were identified; it also argues about the interest of these immigrants in institutionalized education. Although the two colonial nuclei have passed by a differentiated provincial politics system, many aspects of the colonization, organization and economic, social and cultural formation had presented similarities. The sources used in this study were composed of a variety of documents found in the libraries of public files of the States. The study showed that this process represented aspects that explain the motivation for institutionalized education, the school was a basic element in the integration of the immigrants in the society.

Keywords: *Elementary school. Immigrants. Colonial nuclei.*

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta como se constituiu o início do processo de escolarização primária nas colônias italianas de Alfredo Chaves no Paraná e de São Caetano em São Paulo. Tendo em vista a similaridade e as especificidades no que tange à organização escolar dessas colônias, busca-se analisar como ocorreram as iniciativas de abertura das primeiras escolas coloniais, identificando seus professores, alunos, condições de funcionamento, conflitos e a motivação desses imigrantes pelo ensino institucionalizado.

As duas localidades estudadas, denominadas pelo governo como núcleos coloniais, são atualmente conhecidas como Colombo e São Caetano do Sul, e fazem parte, respectivamente, da região metropolitana das capitais dos Estados do Paraná e de São Paulo. O governo da época de instalação dessas colônias se responsabilizava por ações mínimas no que tangia ao estabelecimento dos colonos.

Embora o desenrolar da colonização fosse similar no território brasileiro, a política diferenciada dos governos provinciais e a localização das colônias nos territórios paranaense e paulista possibilitaram um crescimento diferenciado das duas localidades. A existência da estrada de ferro e a posterior criação de uma estação de trem no núcleo de São Caetano contribuíram para seu progresso e contato com outras localidades. Na colônia

Alfredo Chaves o desenvolvimento só foi possível com a chegada dos imigrantes italianos.

O processo de colonização foi marcado pelas 28 famílias do primeiro grupo que desembarcam em São Caetano em 1877, e na colônia Alfredo Chaves pelas 40 famílias que chegaram em 1878. Essa população das duas colônias era proveniente da região do Vêneto, no nordeste da Itália. A partir desse momento, alguns aspectos da organização social vão se constituindo de maneira semelhante, como o processo escolar primário.

Reivindicação por escolas

A grande maioria dos colonos era composta por lavradores. A escola atenderia ao aprendizado das primeiras letras, deveria ser um lugar civilizador, e, muito mais que instruir, deveria formar moralmente a criança e moldar costumes, evitando a desordem social. A inexistência de escolas gerava o risco de que os filhos ficassem desumanizados. Considerando que a escola tinha um papel fundamental para esses imigrantes, podemos inferir que eram alfabetizados e cômicos da importância da escola, já que, segundo Kreutz (2000), "provinham de regiões de forte tradição escolar". Assim, a escola era representada como uma instituição que deveria ser preservada para a manutenção da cultura letrada.

Como apresentado por Mimesse e Maschio (2007), a escola teria o mesmo nível de importância da igreja e do cemitério para essa população. A preocupação inicial dos colonos, das duas colônias, era a estrutura física: a construção de moradias próprias e a ordenação da lavoura. Assim que essa preocupação foi superada, os anseios se deslocaram para a construção de uma igreja, em função da profunda religiosidade que permeava essas comunidades, e de um cemitério para abrigar os mortos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a posição da maioria dos imigrantes italianos que se estabeleceram nas duas regiões foi a de pressionar o governo para a criação de escolas no momento em que contavam com os outros itens considerados por eles prioritários.

Na Colônia de São Caetano foram criadas duas cadeiras de primeiras letras em 1883 pelo governo provincial. Cada cadeira correspondia a uma escola - uma masculina e outra feminina, composta por uma sala de aula. Os alunos eram separados segundo o sexo e somente professores do mesmo sexo poderiam ministrar as aulas. Após a criação das escolas, o próximo passo seria sua instalação; como não existia no núcleo colonial nenhuma edificação apropriada para o seu funcionamento, o colono Rossi enviou, no mesmo ano, uma proposta ao governo:

[...] de construir a sua custa (do colono) no prazo de sessenta dias a contar da data da assignatura do contracto - duas salas terreas com dous respectivos gabinetes, duas latrinas distinctas e um pequeno quintal cercado, sendo as salas de quatro metros quadrados e o gabinete de um metro e meio de frente sobre quatro de fundo, forrados e assoalhados, pintados ou forrados a papel (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1883a).

Como a proposta de Rossi ao governo finalizava com o valor do aluguel a ser cobrado pelo uso das futuras construções, a solução não foi aceita, pois o governo sabia da existência de casas dos antigos moradores da localidade, não

havendo, por isso, necessidade de o governo despender verbas para a construção de edifícios escolares. Os colonos não desistiram de construir um prédio para a escola e enviaram meses depois um abaixo-assinado ao vice-presidente da Província.

Detenhamo-nos por algumas linhas no documento acima referido, denominado pelos próprios colonos de "Abaixo-Assignado". Esse documento manuscrito consta da assinatura da maior parte dos moradores da colônia, de algumas mulheres e de alguns poucos que assinaram por outros. Supõe-se que apenas esses que solicitaram a outros que assinassem seus nomes eram analfabetos, todos os outros eram no mínimo semialfabetizados na língua italiana, já que também haviam assinado os contratos para aquisição das terras no núcleo. Podemos até supor que tivessem também lido os conteúdos desse contrato, por existirem reclamações quanto às condições precárias de vida e às cláusulas contratuais.

Retomando o conteúdo do documento, havia nele a lamentação pela remoção da primeira professora, elogio a seu trabalho e o pedido de construção de "uma ou duas casas de pouco preço destinadas a nellas funcionarem ditas aulas" (Arquivo do Estado de São Paulo, 1883b, assim a escola era entendida como parte da comunidade, sendo necessária apenas sua construção).

As escolas na colônia de São Caetano tiveram várias localizações até a construção do grupo escolar em 1920. Algumas das mudanças das escolas podem ser acompanhadas com as informações contidas nas fontes documentais pesquisadas.

Os moradores da Colônia Alfredo Chaves enviaram ao Presidente da Província um abaixo-assinado em 1882, com as mesmas reflexões propostas no outro documento escrito pelos colonos de São Caetano. Os italianos reclamavam da falta de aulas públicas na colônia e solicitavam a criação de uma escola promiscua. Nessa província do Paraná, denominava-se escola promiscua a que abrigava na mesma sala de aula meninas e meninos. Ainda no mesmo ano o governo criou uma escola promiscua e nomeou

para a cadeira o professor Antonio José de Souza Guimarães.

Solicitação de infraestrutura, materiais e utensílios

Na colônia Alfredo Chaves, após a abertura da escola, o professor solicitou móveis

e materiais escolares. Em ofício de 2 de setembro de 1882, apresentou um orçamento e solicitou verba para aquisição dos utensílios. O valor fora orçado por Cavassin, um dos moradores da colônia, que era carpinteiro e havia sido designado para confeccionar a mobília da escola. Os utensílios e os materiais solicitados com os seus respectivos valores estão no Quadro 1.

Quadro 1. Relação dos objetos solicitados pelo professor Guimarães.

Quantidade	Utensílios	Custos
2	Mesas de 15 palmos de comprimento sobre 2 de largura	8\$000
2	Bancos de 15 palmos de comprimento sobre 1 1/2 de largura	6\$000
8	Ditos de 10 palmos de comprimento sobre 1 1/2 de largura	25\$000
1	Mesa de 4 1/2 palmos de comprimento Sobre 3 de largura	6\$000
2	Cadeiras americanas	8\$000
1	Quadro negro	4\$000
1	Relógio de parede (por não haver na colônia)	25\$000
	Condução	\$
		82\$000000

Fonte: Arquivo Público do Paraná (1882).

Havia, em São Caetano, quanto à infraestrutura, situação similar, mas não faltava apenas material, faltava também um local apropriado para o desenvolvimento das aulas. A professora Maria Adelaide do Carmo Machado, da escola feminina, em relatório de 1883, comenta:

A respeito commodo para dar aula tem sido uma nova luta, por falta de casa propria. A igreja é o lugar onde dou aula e não acho muito proprio, além d'isso venta muito no lugar em que está collocada a mesma, di maneira que fechando a porta ficamos quasi as escuras (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1883c).

A escola feminina em São Caetano foi instalada na igreja, apesar da insistência dos colonos em pedir a construção de um prédio adequado. Supõe-se que as casas antigas estivessem ocupadas nessa época, obrigando a escola a permanecer dentro da igreja. Apenas

com o início da reforma na antiga capela a escola mudou-se para uma das casas antigas. A situação da escola masculina era a mesma.

Em 1896 a escola feminina mudou-se novamente, mas agora para uma das salas da casa do colono De Nardi. A escola masculina também mudou algumas vezes. Em relatório o professor Joaquim Ferreira Alambert narra:

[...] a aula acha-se funcionando, por falta casa, num pequeno quarto quasi sem ar, sem luz isso que não tem as propriedades recommendadas pela hygiene, tam necessarias á saude do mestre e dos discipulos. Sem uma casa com boas accomodações, sem os moveis e utensis escolares (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1883d).

No ano de 1899, temos notícias que os móveis e objetos da escola masculina eram formados por um conjunto de dez carteiras inteiriças de madeira e um quadro-negro,

conforme o mapa apresentado pelo inspetor escolar. Os materiais permaneceram na casa de uma das famílias, até o professor conseguir um local para a instalação definitiva da escola, que acabou sendo transferida para um dos casebres da Estrada de Ferro. A escola, que depois foi chamada de "1ª escola masculina", permaneceria nesse local por muitos anos.

Na colônia de Alfredo Chaves, em 1883, a escola encontrava-se em pleno funcionamento. O mobiliário solicitado pelo professor teria acomodado os 34 alunos que frequentavam a escola da colônia. Eles ficavam dispostos todos juntos em bancos contínuos acompanhados por uma mesa com a mesma medida. Esse mobiliário permaneceu em uso na escola até 1908. Não foi possível, infelizmente, encontrar quaisquer outras informações sobre a casa onde funcionava a escola. De maneira geral, o governo fornecia a verba para o aluguel, o salário do professor e alguns utensílios escolares, mas cabia aos professores ou até mesmo aos pais a incumbência de encontrar um local para sediar a escola.

No ano de 1885, a escola pública promiscua passou a ser regida pela professora Julia Gonçalves Ferreira. Logo após assumir o cargo, solicitou, em requerimento ao Presidente da Província, livros de leitura para serem distribuídos entre os alunos. De acordo com a professora, a escola era frequentada por 80 alunos totalmente pobres e sem condições de comprar livros, razão pela qual pedia ao governo que os remetesse (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 1885).

Alguns colonos recusaram-se a enviar seus filhos à escola regida por essa professora e abriram, por conta própria, uma escola particular promiscua com um professor italiano. Em 1889, um abaixo-assinado foi enviado à Diretoria da Instrução Pública, comunicando abertura da escola privada na colônia, tendo como professor João Antonio Tosin, escolhido pela comunidade. O inspetor escolar José Cavassin, também imigrante e morador da colônia, enviava

juntamente com aquele documento um atestado informando a frequência de 67 alunos na nova escola.

O inspetor paroquial das escolas das colônias italianas paranaenses, Padre Pietro Colbacchini, realizava periodicamente visitas e supervisionava o ensino nas escolas. A abertura da escola particular aparentemente demonstrava a insatisfação dos italianos com a professora brasileira. O Padre Colbacchini justificou a criação da escola particular em relatório ao Presidente da Província, argumentando que o motivo era a falta de alunos na escola da professora brasileira. Após esse acontecimento, o governo fechou a escola pública por falta de alunos.

Foram relatadas, na colônia de São Caetano, questões desse mesmo porte. O cerne da discussão centrava-se na questão da formação dos professores normalistas. A grade curricular do curso normal não incluía a disciplina de língua italiana. Existia um grande equívoco por parte desses professores quando ensinavam as crianças de outra etnia, já que eles próprios não dominavam o idioma falado pelos alunos. Sendo assim, deparamo-nos com comentários como o feito pelo professor Joaquim Ferreira Alambert, da escola masculina, em 1887:

Como já dice, sendo quasi todos italianos, encontram, como é natural, muita difficuldade na aquisição de conhecimentos das materias constitutivas do programma de ensino nas escolas publicas. Creio, porem, que esta difficuldade em breve desaparecerá com a frequencia e conhecimento da lingua portugueza, que forem adquirindo (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1887).

No ano de 1890, na colônia Alfredo Chaves, a escola deixou de ser promiscua e foi dividida em escola feminina e escola masculina, o que já ocorria na colônia de São Caetano desde 1883. Assumiu a regência da escola feminina a professora Dúlcia da Costa Saldanha e a escola masculina passou a ser regida pelo professor João Antonio Tosin.

Os exames dos professores e dos alunos

A professora que assumiu as aulas na colônia Alfredo Chaves, Dúlcia Saldanha, cursou a Escola Normal da Capital em Curitiba e prestou exame para o ingresso no magistério público da Província do Paraná em maio de 1880.

Desde o Regulamento de Ensino da Província do Paraná de 1876, previa-se que cidadãos sem formação e habilitação lecionassem nas escolas públicas como professores contratados. Porém não tinham os mesmos vencimentos que, por direito, tinham os professores habilitados e efetivos. Previa-se também, como descreve Wachowicz (1977), que imigrantes naturalizados brasileiros fossem contratados para regerem as escolas desde que ensinassem em língua portuguesa.

Em 1890 o imigrante João Antonio Tosin assumiu o cargo de professor da escola masculina, anos depois foi naturalizado brasileiro. As fontes não puderam nos indicar se ele cursou a Escola Normal ou se possuía habilitação por meio da realização do exame para o magistério público na Província.

Na colônia de São Caetano, podemos afirmar, segundo as fontes encontradas, que apenas uma das professoras não concluiu o curso. Os professores sem a devida habilitação poderiam assumir cargos públicos desde que fizessem um concurso para serem nomeados; a legislação permitia que cursassem a Escola Normal enquanto estivessem no cargo. Este é o caso da professora Felicidade Perpétua de Macedo e do professor Joaquim Ferreira Alambert, que frequentaram a Escola Normal depois de terem as aulas atribuídas. Os demais professores da localidade seriam todos diplomados e, a partir de 1894, poderiam usar um *anel distintivo*, valorizando sua formação acadêmica.

Os alunos das escolas primárias provinciais deveriam prestar os exames realizados no final de cada ano, na presença do inspetor paroquial ou do inspetor escolar e de dois outros professores indicados pela Diretoria da Instrução Pública, além do professor que regia a escola,

ficando a presença desses outros professores registrada. Os Termos de Exames quase sempre eram redigidos seguindo uma estrutura textual modelar na qual eram alterados apenas os nomes do professor e do aluno que se submetia ao exame.

Em exame realizado em 1890 na escola feminina da antiga colônia Alfredo Chaves - a localidade foi nomeada como Colombo, após sua emancipação a município - pela professora Dúlcia Saldanha, num total de quarenta alunas, apenas duas foram selecionadas para os exames. Nem todos os alunos se submetiam a exames. Os alunos eram escolhidos pelo professor dentre aqueles considerados mais preparados e que teriam chances de aprovação. De acordo com o Termo de Exame, as alunas escolhidas e aprovadas eram as brasileiras Anna Pereira de Fonseca e Cândida Saturnina Saldanha, que, por inferência, poderia ser filha da professora Dúlcia Saldanha. Como vemos, esse documento reitera a dificuldade no aprendizado da língua portuguesa pelas crianças italianas, como já havia sido relatado pelo professor da colônia paulista de São Caetano.

Valem ser mencionados em relação a esse exame, os “trabalhos de agulhas” que compunham atividades contempladas nas aulas de “prendas domésticas”, ensino obrigatório previsto no programa das escolas femininas tanto pelo Regulamento da Instrução Pública de 1890 como pelos anteriores.

Essas atividades complementavam o ensino das meninas, que deveria ir além do aprendizado da leitura, escrita e aritmética, garantindo sua permanência no espaço doméstico. Segundo Souza (2004), essas eram atividades que constavam nas avaliações porque compreendiam habilidades valorizadas e essenciais para o aprendizado feminino.

A sazonalidade na frequência escolar.

Seis anos marcaram o período de regência da professora Dúlcia Saldanha na escola feminina. Normalmente, os professores não permaneciam nas escolas por mais de dois ou, até mesmo, um ano, principalmente se a escola

estivesse localizada distante dos centros urbanos e em precárias condições.

Essa situação ocorria nas duas localidades estudadas em função da breve distância entre a comunidade e a capital do Estado. Em São Caetano, com a inauguração de uma estação da Estrada de Ferro, ampliou-se a possibilidade das pessoas irem e virem da cidade de São Paulo de um modo mais rápido para efetuar a comercialização de seus produtos. No município de Colombo, a construção da estrada que o ligava a Curitiba contribuiu para o contato e o escoamento da produção. Segundo Mimesse e Maschio (2008), as escolas se desenvolveram juntamente com as respectivas comunidades; à medida que a indústria e o comércio cresceram, as escolas primárias foram se ampliando.

João Antonio Tosin assumiu o cargo como professor da escola masculina da antiga colônia, que contava com a frequência de 40 alunos. Exerceu a função de professor particular e, posteriormente, de professor público contratado para a escola masculina até o ano de 1894. Tornando-se professor contratado pelo Estado, passou a cumprir com as obrigações que lhe eram cabíveis, como a remessa regular dos mapas dos alunos da escola masculina à Diretoria da Instrução Pública. Esses mapas traziam o nome dos alunos, a data de nascimento, os dias de aulas, os motivos para suspensão de aulas, as justificativas das faltas dos alunos e de suas desistências. Analisando alguns desses mapas, foi possível verificar que os alunos que frequentavam a escola masculina nos anos de 1890 a 1898 eram predominantemente filhos de imigrantes.

Em São Caetano todos os mapas pesquisados das escolas públicas femininas e masculinas listavam somente alunos italianos; supõe-se que não existiam famílias de outras etnias que habitaram a localidade, ao menos até o final do século XIX.

No ano de 1891, havia 57 alunos matriculados na escola masculina do município de Colombo, conforme o mapa enviado à Diretoria

da Instrução Pública pelo professor Tosin, inclusive seu filho Leão Antonio Tosin. Apenas seis alunos eram de nacionalidade brasileira. Apesar de a matrícula contar com 57 alunos, a frequência, em geral, se apresentava numericamente inferior. Em 1891, em visita do Inspetor Escolar, foi registrada a frequência de 43 alunos; mas, em outubro do mesmo ano, a frequência era de 30 alunos (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 1891). Uma das hipóteses nas diferenças entre matrículas e frequências nas escolas do século XIX era a fraude nos mapas de matrículas. Muitos professores, para garantir a permanência no cargo e o funcionamento da escola, forjavam nomes de alunos nas listas de matrícula. Quando os inspetores visitavam as escolas, o número de alunos frequentadores nunca era o mesmo da lista de matrícula; o mesmo podendo ocorrer em outras escolas. Outros fatores também concorriam para essa diferença, como o trabalho infantil nas lavouras, nas olarias, o auxílio nos afazeres domésticos e a mudança de domicílio. Esse fato pode ser constatado no relatório da professora Elisa Angélica de Brito Alambert da Colônia de São Caetano, datado de 1885:

As classes operárias, pouco zelosas da educação dos filhos, sem avaliar devidamente o mal que dessa incuria lhes advém, obrigam geralmente os filhos aos trabalhos domésticos em prejuízo da sua frequência nas escolas públicas. Eis porque algumas vezes acontece uma alumna conservar-se dois e três annos matriculada sem apresentar um sensível aproveitamento (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1885).

Justificando tal comentário da professora de São Caetano, temos uma lista de matrículas de Colombo indicando a variação na idade dos alunos: de 5 a 12 anos. Aqueles que tinham idade entre 10 e 12 anos normalmente apresentavam o maior número de faltas e desistências. Do mesmo modo que o trabalho infantil pode ser indicado como um dos fatores

que implicava o afastamento do aluno do ambiente escolar e o conseqüente número de faltas, a dificuldade de aprendizagem da língua portuguesa também pode ser apontada nesse cenário de faltas e desistências.

No ano de 1894, o professor Tosin deixou a regência da escola masculina e nesse mesmo ano a escola passou interinamente para Pedro Martins Saldanha, esposo da professora da escola feminina, Dúlcia da Costa Saldanha. Dois anos depois, o professor Saldanha pediu remoção para outra localidade, assim como sua esposa. O pedido dos professores foi aceito pela Diretoria e as escolas ficaram sob regência de professores provisórios.

Em 1897, o professor Benedicto Eleutério Cabral foi nomeado para reger a escola masculina, e mesmo sendo nomeado inspetor escolar permaneceu regendo as aulas na escola até novembro do mesmo ano. O professor Bento Alves da Conceição Junior assumiu o cargo vago e solicitou mobília e material escolar, considerando que o mobiliário era ainda o mesmo desde a criação da escola e que nunca havia sido substituído. O pedido não foi atendido pela Diretoria.

Outro motivo que levou o professor Conceição Junior a reclamar a falta de mobília para a escola, além da precariedade, foi o aumento do número de alunos naquele ano, tornando o mobiliário insuficiente. Nos anos anteriores, a escola masculina era frequentada, segundo os mapas, por uma média de 30 a 40 alunos. Em 1898, passou a contar com 81 alunos matriculados, com a frequência regular de 68 alunos. A procura pela escola evidenciava sua significativa importância adquirida junto à população. Além disso, por se tratar de uma localidade de imigrantes, havia sempre a chegada de novos moradores à região, o que também explica o aumento significativo de alunos.

Em requerimento, o professor Conceição Junior reivindica um ajudante para o desenvolvimento das aulas, tendo sido nomeado Isidoro Alves da Conceição, que no ano de 1899 deixou o cargo. Assumiu, em seu lugar, José

Correia de Bittencourt Netto, que, um mês depois, assumiu provisoriamente a cadeira da escola masculina. O professor Conceição Júnior solicitou licença e posterior remoção para outra cadeira masculina. A cadeira da escola masculina foi então regida por José Bittencourt Netto até o ano de 1900.

Em fevereiro desse mesmo ano, a escola passou a ser regida por Baldomero Navarro, que não possuía habilitação para o magistério público. No dia 20 de outubro, ele solicitou à Diretoria da Instrução Pública sua nomeação efetiva na cadeira da escola masculina, após ter prestado exames de habilitação (Arquivo Público do Paraná, 1900). A vigência do professor Navarro na cadeira da escola masculina foi marcada por licenças e, conseqüentemente, aulas interrompidas. A instabilidade das aulas fez com que o Inspetor Escolar João Gualberto tentasse retirar o professor do cargo. O mau comportamento do professor foi atribuído ao vício de jogar. Aliado à essa conduta, havia outros vícios que impossibilitavam o professor de apresentar uma boa índole junto àquela comunidade, como o alcoolismo. A representatividade e a boa aparência do professor tinham implicações também para o mérito de sua função; isto é, o bom professor deveria ser aquele que apresentasse uma boa conduta moral perante a localidade em que lecionasse, pois deveria ser exemplo a ser seguido pelos alunos e pelos demais. Era o professor que iria disseminar os valores e os bons costumes, uma vez que era atribuída tal função à escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, a organização da escola masculina deu-se de modo um pouco diferente da escola feminina na cidade de Colombo. Entretanto, ainda que a organização da escola masculina apresentasse algumas especificidades, não esteve distante dos problemas enfrentados pelo ensino paulista no final do século XIX e início do século XX, como a falta de mobília, de material escolar e a morosidade na nomeação de professores.

Em todo o país, crescia a preocupação com o ensino. Buscava-se a modernização da sociedade brasileira. A escola consistia em um instrumento fundamental para disseminar os ideais republicanos de modernização. Para tanto, era necessário reorganizar o sistema educacional, agrupando escolas, construindo edifícios escolares e enfatizando os novos métodos de ensino na formação dos professores.

A escolarização primária brasileira na primeira década do século XX foi marcada pela organização de um espaço próprio. No início do século XX, na antiga colônia Alfredo Chaves, as escolas masculinas e femininas passaram a funcionar em espaço próprio. Essa ação relacionada ao local adequado ao ensino era decorrente de uma série de transformações educacionais iniciadas no final do século XIX no Estado de São Paulo e alcançou as escolas do Estado do Paraná a partir da segunda década de 1900.

No Estado de São Paulo a criação dos Grupos Escolares e dos Jardins de Infância, ambos públicos, denotou uma nova perspectiva ao ensino primário no Estado. Após a abertura dessas escolas, a expansão da escolarização primária foi inevitável neste e em outros Estados. Outras escolas foram criadas, possibilitando o acesso à escolarização aos filhos dos imigrantes, seus descendentes e a todos os outros moradores das localidades beneficiadas.

A escola pública foi um elemento fundamental na integração dos imigrantes nas sociedades paranaense e paulista. Os parques ensinamentos provindos das precárias escolas de primeiras letras possibilitaram a aprendizagem da língua portuguesa, facilitando - na prática - o trâmite nas questões comerciais e na inserção de imigrantes como representantes comunitários no âmbito político e social.

Além da terra, do trabalho e da religiosidade, os ensinamentos da escola foram considerados de fundamental importância na promoção de melhores condições de sobrevivência/vivência na nova pátria escolhida por esses italianos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios 4.886, de 4 de abril de 1883. *Carta do colono Rossi de São Caetano ao Presidente da Província de São Paulo*. São Paulo, 1883a.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios 5.098, de 1º de novembro de 1883. *Relatório da professora da escola feminina do núcleo colonial de São Caetano ao Director Geral da Instrução Publica da Província de São Paulo*. São Paulo, 1883c.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios 1.257, de 14 de junho de 1883. *Abaixo-assinado dos colonos de São Caetano endereçado ao Vice-Presidente da Província de São Paulo*. São Paulo, 1883b.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios 5038, de 1º de novembro de 1885. *Relatório da professora da escola feminina do núcleo colonial de São Caetano ao Inspector Geral da Instrução Publica da Província de São Paulo*. São Paulo, 1885.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios 5040, de 1º de novembro de 1887. *Relatório do professor da escola masculina do núcleo colonial de São Caetano ao Inspector Geral da Instrução Publica da Província de São Paulo*. São Paulo, 1887.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios 5.039, de 14 de abril de 1883. *Relatório do professor da escola masculina do núcleo colonial de São Caetano ao Inspector Geral da Instrução Publica da Província de São Paulo*. São Paulo, 1883d.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Correspondência do Governo. Ofícios De 20 de outubro de 1900. *Requerimento do professor de Colombo solicitando ao governo do Estado do Paraná nomeação efetiva na cadeira da escola masculina*. Curitiba, 1900.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Correspondência do Governo. Ofícios, de 18 de março de

1885. *Requerimento da professora da escola promíscua de Colombo ao Presidente da Província do Paraná solicitando o envio de livros de leitura*. Curitiba, 1885.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Correspondência do Governo. Ofícios, de 25 de novembro de 1891. *Mapa enviado pelo professor da escola de Colombo à Directoria da Instrucção Publica da Província do Paraná*. Curitiba, 1891.

KREUTZ, L. Educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.347-370.

MIMESSE, E. & MASCHIO, E. C. F. Imigrantes italianos nas províncias de São Paulo e Paraná: diferenças e semelhanças no desenvolvimento

dos núcleos coloniais. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.56-76, 2008.

MIMESSE, E. & MASCHIO, E.C.F. As colônias de São Caetano e Alfredo Chaves: imigrantes vênets nas Províncias de São Paulo e Paraná. *Revista Raízes*, São Caetano do Sul, v.29, n.36, p.35-38, 2007.

SOUZA, C.S. *A mulher professora na instrução pública de Curitiba (1903-1927): um estudo na perspectiva de gênero*. 2004. 178f. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

WACHOWICZ, R.C. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1977.

Recebido em 20/8/2009 e aceito para publicação em 27/10/2009.